



**RELATÓRIO SOBRE O PLANO DE APLICAÇÃO
PLURIANUAL DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO
RIO SÃO FRANCISCO - CBHSF (PAP 2013-2015)**

**GRUPO DE ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO DE
GESTÃO - GACG/CBHSF**

Março, 2015



SUMÁRIO

Composição do Grupo	2
Fundamentação Legal para desenvolvimento das ações do GACG.....	3
Introdução	4
Elaboração de relatório sobre a execução do Plano de Aplicação Plurianual 2013 - 2015 (PAP), para servir de subsídio no aprimoramento do novo Plano de Aplicação Plurianual (PAP 2016 - 2018)	10
Remanejamento de rubricas e delineamentos contidos na DN CBHSF n. 71/2012 (PAP).....	11
Análise dos componentes, subcomponentes, suas respectivas rubricas e valores orçamentários	13
Conclusão	32

**Grupo criado por meio da Deliberação CBHSF nº. 61 de 17 de novembro de
2011**

Composição do Grupo

Luiz Alberto Rodrigues Dourado – *Indicado pela DIREX
Coordenador*

Josias Gomes Ribeiro Filho – *Indicado pela CCR Alto São Francisco
CCR Médio São Francisco – a indicar*

Almacks Luis Silva – *Indicado pela CCR Submédio São Francisco*

José Roberto Valois Lobo – *Indicado pela CCR Baixo São Francisco*

Março/2015

Fundamentação Legal para desenvolvimento das ações do GACG

- Deliberação Nº. 61 de 17 de novembro de 2011 do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, que “*Dispõe sobre a composição e as competências do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão da Entidade Delegatária AGB Peixe Vivo no âmbito do CBHSF e dá outras providências*”.

O Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão foi criado pela DN CBHSF 61/2001 com o fito de acompanhar o Contrato de Gestão (CG) celebrado entre a ANA e a Entidade Delegatária (ED), com competências definidas no art. 2º para:

- I- acompanhar física e financeiramente a execução do Contrato de Gestão e avaliar o desempenho da AGB Peixe Vivo tendo como referência o atendimento das ações prioritizadas no Plano Decenal de Bacia;
- II- propor revisões e aperfeiçoamentos no Contrato de Gestão, com vistas a estabelecer novas estratégias para aperfeiçoar as ações propostas no respectivo Programa de Trabalho;
- III- subsidiar a Entidade Delegatária AGB Peixe Vivo sobre a elaboração do Plano de Aplicação, a ser encaminhado para aprovação do CBHSF;
- IV- emitir parecer referente ao Relatório Conclusivo elaborado pela Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão;
- V- elaborar Relatório Anual do seu trabalho.

Introdução

Após três rodadas de reuniões o GACG/CBHSF procedeu a análise das aplicações financeiras dos componentes, rubricas e ações do PLANO ANUAL DE APLICAÇÃO DO CBHSF 2013-2015, visando subsidiar as instâncias do CBHSF relacionadas, mormente a CTPPP, quando da elaboração do Novo PAP 2016-2018.

A DELIBERAÇÃO CBHSF Nº 71, de 28 de novembro de 2012 aprovou o Plano de Aplicação Plurianual – PAP dos recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, referente ao período 2013 a 2015.

A DN CBHSF 72/2012 definiu os mecanismos de seleção de projetos a serem beneficiados com os recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos no âmbito do CBHSF, detalhado no Plano de Aplicação, para execução em 2013 a 2015.

Os componentes gerais estão assim definidos pela DN CBHSF 71/2012 (art. 2º) em três grupos de ações, com os respectivos percentuais de aplicação dos recursos financeiros:

- I- Ações de Gestão (21,8%);
- II- Ações de Planejamento (32,5%);
- III- Ações Estruturais (45,7%).

Estas ações se desdobram em outros cinco componentes básicos (de I a V) assim definidas:

- I- Ações de Gestão,
 - a. Componente I - Implantação do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos e do Plano da Bacia;
- II- Ações de Planejamento,
 - a. Componente II - Uso Sustentável dos Recursos Hídricos, Proteção e Recuperação Hidroambiental;
 - b. Componente IV - Qualidade e Saneamento Ambiental na Bacia;
- III- Ações Estruturais,
 - a. Componente III - Serviços e Obras de Recursos Hídricos e Uso da Terra;
 - b. Componente V - Sustentabilidade Hídrica no Semiárido.

Art. 2º. Parágrafo Único. Para cada componente são identificadas as ações a serem executadas com as respectivas previsões orçamentárias para o seu desenvolvimento nos anos de 2013 a 2015.

Ações de Gestão		Componente I - Implantação do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos e do Plano da Bacia					
		Subtotal Ações de Gestão	19.905.000	7.115.000	8.475.000	4.315.000	21,8%
			Subtotal	2.013	2.014	2.015	% do total
I.1		Programa Fortalecimento institucional	13.255.000	5.465.000	4.075.000	3.715.000	14,5%
I.1.1		Apoio ao Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF)	5.195.000	2.425.000	1.375.000	1.395.000	5,7%
I.1.1.1	001	Apoio à Realização de Reuniões Plenárias Ordinárias / Extraordinárias	900.000	300.000	300.000	300.000	
I.1.1.2	002	Apoio à Realização de Reunião Extraordinária Eleição 2013	200.000	200.000			
I.1.1.3	003	Apoio à Divulgação e Mobilização Processo Eleitoral 2013	700.000	700.000			
I.1.1.4	004	Apoio às atividades da Diretoria Colegiada (DIREC) do CBHSF	300.000	100.000	100.000	100.000	
I.1.1.5	005	Apoio às atividades das Câmaras Técnicas (CT) do CBHSF	450.000	150.000	150.000	150.000	
I.1.1.6	006	Apoio às atividades da Câmara Consultiva Regional (CCR) do Alto São Francisco	390.000	130.000	130.000	130.000	
I.1.1.7	006	Apoio às atividades da Câmara Consultiva Regional (CCR) do Médio São Francisco	390.000	130.000	130.000	130.000	
I.1.1.8	006	Apoio às atividades da Câmara Consultiva Regional (CCR) do Submédio São Francisco	390.000	130.000	130.000	130.000	
I.1.1.9	006	Apoio às atividades da Câmara Consultiva Regional (CCR) do Baixo São Francisco	390.000	130.000	130.000	130.000	
I.1.1.10	007	Apoio às atividades dos Grupos Técnicos do CBHSF	165.000	55.000	55.000	55.000	
I.1.1.11	008	Apoio à participação em eventos nacionais e internacionais	60.000	20.000	20.000	20.000	
I.1.1.12	009	Apoio à realização de Audiências Públicas, Oficinas e Seminários	300.000	100.000	100.000	100.000	
I.1.1.13	010	Apoio às atividades de integração com comitês afluentes	260.000	80.000	80.000	100.000	
I.1.1.14	011	Contratação de Planejamento Estratégico do CBHSF	300.000	200.000	50.000	50.000	
I.1.2		Comunicação e mobilização	6.300.000	2.800.000	1.900.000	1.600.000	6,9%
I.1.2.1	012	Plano Continuado de Comunicação	3.500.000	1.800.000	900.000	800.000	
I.1.2.2	013	Plano Continuado de Mobilização	1.400.000	500.000	500.000	400.000	
I.1.2.3	014	Plano Continuado de Educação Ambiental	1.400.000	500.000	500.000	400.000	
I.1.3		Capacitação para os membros do CBHSF	960.000	240.000	400.000	320.000	1,1%
I.1.3.1	015	Capacitação CCR Alto	240.000	60.000	100.000	80.000	
I.1.3.2	015	Capacitação CCR Médio	240.000	60.000	100.000	80.000	
I.1.3.3	015	Capacitação CCR Submédio	240.000	60.000	100.000	80.000	
I.1.3.4	015	Capacitação CCR Baixo	240.000	60.000	100.000	80.000	

I.1.4		Capacitação para Bacia/CBH Afluentes	800.000	0	400.000	400.000	0,9%
I.1.4.1	016	Cursos diversos	800.000		400.000	400.000	
I.2		Instrumentos de Gestão	6.650.000	1.650.000	4.400.000	600.000	7,3%
I.2.1		Estudos e pesquisas	650.000	150.000	400.000	100.000	0,7%
I.2.1.1	017	Estudo sobre o enquadramento dos corpos de água	150.000		150.000		
I.2.1.2	018	Estudo sobre a metodologia de cobrança pelo uso da água	200.000		100.000	100.000	
I.2.1.3	019	Pesquisa científica e tecnológica	100.000	50.000	50.000		
I.2.1.4	19A	Biomonitoramento das águas da bacia hidrográfica do rio São Francisco	100.000	50.000	50.000		
I.2.1.5	19B	Apoio às atividades dos CRAD	100.000	50.000	50.000		
I.2.2		Atualização do Plano da Bacia	4.000.000	1.000.000	3.000.000	0	4,4%
I.2.2.1	020	Atualização do Plano	4.000.000	1.000.000	3.000.000	0	
I.2.3		Acompanhamento das ações/investimentos da Bacia	2.000.000	500.000	1.000.000	500.000	2,2%
I.2.3.1	021	Implementação de Sistema de Informações (indicadores)	500.000		500.000		
I.2.3.2	022	Apoio às ações da F.P.I. (Fiscalização Preventiva Integrada) nos Estados da bacia	1.500.000	500.000	500.000	500.000	
Ações de Planejamento		Componente II - Uso Sustentável dos Recursos Hídricos, Proteção e Recuperação Hidroambiental e Componente IV - Qualidade e Saneamento Ambiental na Bacia					
		Subtotal Ações de Planejamento	29.650.000	6.880.000	12.160.000	10.610.000	32,5%
			Subtotal	2.013	2.014	2.015	% do total
II.1		Água Para Todos	8.900.000	2.040.000	3.330.000	3.530.000	9,8%
II.1.1		Projetos de sistemas de abastecimento de água	3.700.000	440.000	1.530.000	1.730.000	4,1%
II.1.1.1	023	Elaboração de Projetos Básicos e executivos	2.200.000	440.000	880.000	880.000	
II.1.1.2	024	Elaboração de Estudos e Projetos de ampliação e melhoria de SAA	1.000.000		400.000	600.000	
II.1.1.3	025	Elaboração de projetos de sistemas alternativos de abastecimento de água em áreas rurais	500.000		250.000	250.000	
II.1.2		Planos Municipais de Saneamento Básico	5.200.000	1.600.000	1.800.000	1.800.000	5,7%
II.1.2.1	026	Elaboração de PMSB	5.200.000	1.600.000	1.800.000	1.800.000	
II.2		Saneamento Ambiental	9.300.000	1.940.000	3.680.000	3.680.000	10,2%
II.2.1		Esgoto	6.000.000	1.040.000	2.480.000	2.480.000	6,6%
II.2.1.1	027	Elaboração de projetos básicos e executivos de SES	3.500.000	500.000	1.500.000	1.500.000	
II.2.1.2	028	Elaboração de estudos de ampliação e melhoria de SES	1.700.000	340.000	680.000	680.000	

II.2.1.3	029	Elaboração de projetos de sistemas alternativos de saneamento em áreas rurais	800.000	200.000	300.000	300.000	
II.2.2		Resíduos sólidos	1.650.000	450.000	600.000	600.000	1,8%
II.2.2.1	030	Elaboração de Estudos e Projetos de Resíduos Sólidos Convencionais e Alternativos	1.650.000	450.000	600.000	600.000	
II.2.3		Drenagem urbana	1.650.000	450.000	600.000	600.000	1,8%
II.2.3.1	031	Elaboração de Estudos e Projetos de Drenagem Urbana	1.650.000	450.000	600.000	600.000	
II.3		Proteção e Conservação	4.000.000	1.250.000	1.750.000	1.000.000	4,4%
II.3.1		Estudos e Projetos hidroambientais	3.250.000	1.000.000	1.250.000	1.000.000	3,6%
II.3.1.1	032	Elaboração de estudos, formatação de projetos e elaboração de Termos de Referência relativos a projetos de revitalização da bacia	3.250.000	1.000.000	1.250.000	1.000.000	
II.3.2		Produtor de Água	750.000	250.000	500.000	0	0,8%
II.3.2.1	033	Elaboração de diagnóstico e Projeto Básico visando o pagamento dos serviços ambientais	750.000	250.000	500.000		
II.4		Estudos e Projetos	7.450.000	1.650.000	3.400.000	2.400.000	8,2%
II.4.1		Apoio a projetos	3.300.000	100.000	1.350.000	1.850.000	3,6%
II.4.1.1	034	Apoio a projetos e empresas socioambientais	300.000		150.000	150.000	
II.4.1.2	035	Apoio a povos e comunidades tradicionais	500.000	100.000	200.000	200.000	
II.4.1.3	036	Apoio ao PRODES	2.500.000		1.000.000	1.500.000	
II.4.2		Estudos de caráter excepcional	1.700.000	400.000	900.000	400.000	1,9%
II.4.2.1	037	Estudos relacionados a desastres e eventos críticos (secas e enchentes)	850.000	200.000	450.000	200.000	
II.4.2.2	038	Estudos relacionados aos impactos causados pelo uso e ocupação dos solos, fontes poluidoras	400.000	100.000	200.000	100.000	
II.4.2.3	039	Estudos relacionados à biodiversidade, unidades de conservação e lagoas marginais	450.000	100.000	250.000	100.000	
II.4.3		Projetos especiais	2.450.000	1.150.000	1.150.000	150.000	2,7%
II.4.3.1	040	Consultorias específicas demandadas pela DIREC	450.000	150.000	150.000	150.000	
II.4.3.2	041	Projetos especiais demandados pela DIREC	2.000.000	1.000.000	1.000.000		
Ações Estruturais	Componente III - Serviços e Obras de Recursos Hídricos e Uso da Terra e Componente V - Sustentabilidade Hídrica no Semiárido						
		Subtotal Ações Estruturais	41.600.000	7.800.000	15.900.000	17.900.000	45,7%
			Subtotal	2.013	2.014	2.015	% do total
III.1		Água para todos	2.000.000	500.000	500.000	1.000.000	2,2%

III.1.1		Sistemas alternativos de abastecimento	2.000.000	500.000	500.000	1.000.000	2,2%
III.1.1.1	042	Implantação de sistemas alternativos	2.000.000	500.000	500.000	1.000.000	
III.2		Saneamento Ambiental	4.800.000	400.000	2.200.000	2.200.000	5,3%
III.2.1		Esgoto	2.000.000	0	1.000.000	1.000.000	2,2%
III.2.1.1	043	Implantação de pequenos sistemas de esgotamento sanitário em área rural	2.000.000		1.000.000	1.000.000	
III.2.2		Resíduos sólidos	2.200.000	200.000	1.000.000	1.000.000	2,4%
III.2.2.1	044	Implantação de intervenções e adequação de sistemas existentes	2.200.000	200.000	1.000.000	1.000.000	
III.2.3		Drenagem urbana	600.000	200.000	200.000	200.000	0,7%
III.2.3.1	045	Implantação de sistemas alternativos de controle e gestão das águas pluviais	600.000	200.000	200.000	200.000	
III.3		Proteção e Conservação	24.000.000	6.600.000	8.700.000	8.700.000	26,3%
III.3.1		Implantação de projetos hidroambientais	20.000.000	6.000.000	7.000.000	7.000.000	21,9%
III.3.1.1	046	Implantação de projetos hidroambientais no Alto SF	5.000.000	1.500.000	1.750.000	1.750.000	
III.3.1.2	046	Implantação de projetos hidroambientais no Médio SF	5.000.000	1.500.000	1.750.000	1.750.000	
III.3.1.3	046	Implantação de projetos hidroambientais no Submédio SF	5.000.000	1.500.000	1.750.000	1.750.000	
III.3.1.4	046	Implantação de projetos hidroambientais no Baixo SF	5.000.000	1.500.000	1.750.000	1.750.000	
III.3.2		Produtor de Água (Implantação)	4.000.000	600.000	1.700.000	1.700.000	4,4%
III.3.2.1	047	Intervenções nas áreas conforme diagnóstico	1.500.000	300.000	600.000	600.000	
III.3.2.2	048	Recomposição de APP e reserva legal	1.500.000	300.000	600.000	600.000	
III.3.2.3	049	Pagamento por Serviços Ambientais	1.000.000		500.000	500.000	
III.4		Serviços e obras	10.800.000	300.000	4.500.000	6.000.000	11,9%
III.4.1		Serviços e obras de caráter excepcional	2.300.000	300.000	1.000.000	1.000.000	2,5%
III.4.1.1	050	Implantação das obras de caráter excepcional	1.150.000	150.000	500.000	500.000	
III.4.1.2	051	Implantação das intervenções relacionadas aos impactos causados pelo uso e ocupação dos solos, fontes poluidoras, biodiversidade, unidades de conservação, lagoas marginais (relativos aos itens 38 e 39)	1.150.000	150.000	500.000	500.000	
III.4.2		Serviços especiais	8.500.000	0	3.500.000	5.000.000	9,4%
III.4.2.1	052	Serviços e obras especiais demandados da DIREC	8.500.000		3.500.000	5.000.000	

Elaboração de relatório sobre a execução do Plano de Aplicação Plurianual 2013 - 2015 (PAP), para servir de subsídio no aprimoramento do novo Plano de Aplicação Plurianual (PAP 2016 - 2018)

Por meio do PAP o CBHSF apresenta as metas para execução, constantes no Contrato de Gestão (CG) e relacionadas com o Indicador 2 – Planejamento e Gestão. No que tange à aplicação do PAP por parte da AGB Peixe Vivo é importante ressaltar que o Relatório da Comissão de Avaliação da ANA (CAV) no que tange ao exercício de 2014, considerou o desempenho da AGB Peixe Vivo ótimo, com nota 9,9.

Com relação a esse ponto é preciso um ajuste entre o CBHSF e a Entidade Delegatária é preciso alinhar procedimentos, objetivando a sua efetividade já que o CBHSF é o demandante e a AGB Peixe Vivo é o suporte para efetivação das ações. As metas estabelecidas devem refletir o potencial ou a expectativa de se alavancar os desembolsos com máxima eficácia (relação entre metas e o tempo de execução – quantidade e qualidade dos produtos), eficiência (relação entre o custo e o benefício – recursos e os produtos) e a efetividade (relação entre os resultados e os objetivos colimados, com mensuração de resultados). As demandas das CCR's devem ser mais bem qualificadas e quantificadas para subsidiar a contratação de empresas especializadas, para dar maior robustez e consistência que resultem em maior efetividade dos objetivos da aplicação (PAP).

A questão primordial de avaliação dos Componentes, Subcomponentes e Rubricas perpassa, necessariamente, pela observância da quantidade de demandas emanadas do CBHSF para uma aferição realista e justa. Não se pode descuidar que a Entidade Delegatária (ED) depende das demandas do CBHSF e esse fator é preponderante para se aferir corretamente as ações executadas e as ações faltantes e as justificativas pertinentes, servindo de base para planejamentos futuros, antecipação e previsibilidade para outros Planos Anuais de Aplicações (PAP's) que advirão. Nesta via de mão dupla, portanto, a variável-chave: demandas do CBHSF, influencia diretamente no desembolso e no desempenho da Entidade Delegatária, além de impactar o indicador de desembolso contido no Contrato de Gestão (CG).

É notório que em diversas ações e as respectivas receitas orçamentárias, contidas no PAP, não estão sendo utilizadas devidamente, ensejando adequações, ajustes e remanejamentos, de acordo com os cenários vislumbrados pelo CBHSF no horizonte de tempo previsto para tais aplicações.

Remanejamento de rubricas e delineamentos contidos na DN CBHSF 71/2012 (PAP)

“No decorrer dos anos de vigência do PAP, 2013 a 2015, as ações nele previstas poderão ser revisadas, excluídas, aglutinadas, bem como poderão ser remanejados os valores do custo total programado de cada uma, desde que entre as atividades de um mesmo componente, por demanda da Diretoria Colegiada - DIREC ou com base na análise pela Câmara Técnica de Planos Programas e Projetos - CTPPP, subsidiada pelo Relatório do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão - GACG, conforme previsto na Deliberação CBHSF nº 61, de 17 de novembro de 2011 especialmente no que se refere aos dados relativos a resultados esperados e cronograma físico-financeiro de cada atividade.

§1º A CTPPP deverá encaminhar para a DIREC análise e parecer anexo ao Relatório Anual do GACG, para conhecimento do CBHSF, na primeira plenária de cada ano.

§2º O parecer de que trata o parágrafo anterior deverá conter, dentre outras considerações, as propostas de alterações das atividades e os remanejamentos de custos, se existentes, conforme previsto no caput.

§3º A AGB Peixe Vivo durante o ano de execução, poderá remanejar valores conforme previsto no caput, no valor máximo de 20% de cada componente, desde que devidamente justificada e acatada pela DIREC, sem a necessidade de aguardar o relatório anual do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão - GACG, devendo informar ao Plenário, na reunião subsequente.

§4º Apenas em caráter excepcional, declarado pela DIREC, poderão ser remanejados valores entre componentes para o atendimento de ações emergenciais, não previstas no PAP, levando ao conhecimento do CBHSF, na primeira plenária prevista.

No entendimento do Art. 4º da referida DN, o GACG observa que o PAP (para o período 2016-2018), poderá ser revisto parcial ou totalmente e compreender toda a forma organizacional, bem como os percentuais destinados para as Ações de Gestão, Planejamento e Estruturais, desde que de acordo com o Plano da Bacia vigente.

“Parágrafo Único. No decorrer do último ano do PAP, a AGB Peixe Vivo deverá encaminhar à DIREC uma proposta para o novo PAP, em período não inferior a 06 (seis) meses de antecedência ao término do exercício, com base nos relatórios e informações anteriores”.

Além do que está posto na deliberação do CBHSF, cabe observar que o remanejamento é um processo que exige profunda análise e os devidos cuidados

diante dos processos e cenários que se apresentam para a Agenda Institucional do CBHSF e suas correspondentes demandas, considerando-se ainda o Novo Plano de Bacia em curso, a implantação do seu sistema de gerenciamento integrado. Nesta esteira, é preciso avaliar bem e dimensionar corretamente nas Ações de Gestão o componente “Fortalecimento Institucional do CBHSF” com pauta de conflitos extensas, que tendem a se proliferar, em decorrência das vazões restritivas continuadas em decréscimo impactante, impostas pelo sistema hidrelétrico (ONS/CHESF). Além disso, tem-se uma situação de grave crise enfrentada pela Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, com demandas exponenciais inversamente proporcionais às disponibilidades hídricas.

O GACG se debruçou na identificação dos Componentes, Subcomponentes e Rubricas, analisando o contexto em que cada ação se enquadra, o respectivo valor financeiro, o objeto, a modalidade de aplicação, o grau de efetividade, o índice e o valor do desembolso, entre outros.

A previsão de aplicação do PAP para o período de 2013-2015 é de: R\$ 91.115.000,00. O saldo gerencial do exercício financeiro de 2014 é de R\$ 62.897.029,00.

As despesas totais do exercício de 2014 (de 01/01/2014 a 31/12/2014) relacionadas com a Rubrica **CUSTEIO COM RECURSOS DA COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS (7,5%)** apresentou gasto total de: R\$ 2.553.441,72 tendo o item Folha de Pagamento (agregando INSS, FGTS, 13º Salário, encargos etc.) com o maior impacto financeiro: R\$ 1.662.938,09. A AGEVAP gastou no mesmo período R\$ 1.924.106,62 tendo estrutura e logística mais robustas que as da AGB Peixe Vivo. Este comparativo visa demonstrar a discrepância entre os processos dos dois colegiados para reforçar o pedido adicional de maior suporte financeiro no custeio, para operacionalização das atividades administrativas e dar maior suporte técnico ao CBHSF.

O segundo maior impacto é dos contratos com alugueis de imóveis (incluindo IPTU, condomínio, água, luz e taxas da Sede e das regionais cujo montante alcançou R\$ 194.456,49. O dispêndio com passagens aéreas e terrestres para atendimento aos eventos das instâncias do CBHSF somou R\$ 792.165,98. O total de diárias pagas aos membros custeados do CBHSF foi de R\$ 371.245,77.

Com referência à Rubrica **INVESTIMENTOS COM RECURSOS DA COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS (92,5%)** as despesas atingiram R\$ 13.906.533,70. O Subcomponente Serviços de Planejamento e Elaboração de Programa de Comunicação para o CBHSF foi a ação de maior gasto: R\$ 2.454.662,67.

A soma dos gastos das duas rubricas (92,5% e 7,5%) = R\$ 16.459.975,42.

Análise dos componentes, subcomponentes, suas respectivas rubricas e valores orçamentários

COMPONENTE I - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS E DO PLANO DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

Quanto ao COMPONENTE 1 – Programa de Fortalecimento Institucional (Apoio ao CBHSF) o valor geral previsto para 2014 somado ao montante acumulado para 2015 perfaz R\$ 11.842.603,50, tendo executado até fevereiro de 2015 R\$ 68.504,61. O saldo final é de R\$ 11.774.098,89 para as 11 atividades de apoio às Ações do CBHSF até o final de 2015.

Objetivamente, as Ações de 001 a 010 se relacionam com as despesas institucionais do CBHSF, conglobando as reuniões de todas as instâncias do CBHSF: reuniões plenárias, reuniões da DIREX e DIREC, reuniões das quatro CCR's, CT's, GT's, incluindo as reuniões deste Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão (GACG).

Cabe observar que as ações 002 e 003 referentes ao Apoio à Realização de Reunião Extraordinária para Eleição 2013 e Apoio à Divulgação e Mobilização para o Processo Eleitoral 2013 totalizam R\$ 77.419,44 como saldo em 2015 pela tri-anualidade, obviamente, sem previsão de gastos pela extinção de tais processos, devendo ser remanejadas para outras que apresentem saldo negativo ou insuficiente e que terão demandas mais necessárias.

A Ação 001. A Ação de Apoio às Reuniões Plenárias Ordinárias/Extraordinárias do CBHSF precisa ser redimensionado (caso não tenha sido efetivado remanejamento) levando-se em conta os processos já em curso relacionados com a elaboração do Novo Plano de Bacia, ao grande fluxo de atividades interinstitucionais para a pactuação do Novo Contrato de Gestão, processos de tomada de decisão referentes a diversos conflitos relacionados a usuários e usos já deflagrados, incluindo as questões concernentes às vazões restritivas e outros, que exigirão a tomada de decisões Plenárias Extraordinárias. Neste sentido se recomenda a previsão orçamentária para se dar a devida cobertura. A rubrica apresenta saldo remanescente de R\$ 87.487,03, além dos R\$ 300.000,00 previstos para 2015.

Não haverá demandas para as Ações 002 e 003 para o exercício de 2015, razão pela qual se sugere o pronto remanejamento para outra rubrica.

A Ação 004. Apoio às Atividades da DIREC do CBHSF, com previsão de gastos para 2015 de R\$ 260.000,00, tendo saldo até então de R\$ 273.605,04, precisa ser

bem dimensionada diante do aumento substancial de processos que estão em curso e outros que advirão.

O mesmo raciocínio é válido para a Ação 005 - Apoio às Atividades de Câmaras Técnicas (CT's) que estão no mesmo contexto de cotejamento, tendo saldo até então de R\$ 252.468,50, com previsão de gastos em 2015 de R\$ 150.000,00, tendo uma boa sobra de R\$ 102.468,50 para enfrentar as demandas de processos em que tomarão parte consultivamente no âmbito de diversas Câmaras Técnicas (CT's). Nesta mesma esteira se configura a Ação 007. Apoio às Atividades dos Grupos Técnicos (GT's) do CBHSF apresenta previsão de gastos de R\$ 55.000,00, tendo saldo até então de R\$ 132.188,20, requerendo pronto redimensionamento orçamentário.

A Ação 008 – A Ação de Apoio à Participação em Eventos Nacionais e Internacionais já tem previsão de ser acionada em diversas demandas existentes (eventos já programados e outros e que terá a representação de membros da Diretoria). A AGB Peixe Vivo já solicitou remanejamento de outras rubricas.

Em relação à Ação 010 - Apoio às Atividades de Integração com os Comitês Afluentes - é importante ressaltar que é preciso sensibilizar, articular e estabelecer parcerias estratégicas com as instâncias hídricas dos Estados e a própria ANA (no contexto do Programa da ANA - PROGESTÃO), no âmbito do Pacto das Águas, para alavancar as ações já protagonizadas pelo CBHSF, requerendo avanços essenciais como o apoio efetivo aos Comitês Estaduais, elaboração dos seus Planos de Bacia e demais instrumentos correlatos, para que esses processos relevantes que estão estancados pela burocracia governamental avancem. Isto prescindirá de processos de articulação com os entes do SINGREH, podendo o CBHSF avocar o PROGESTÃO da ANA, para ter maior força persuasiva na consecução dos objetivos intra e interinstitucionais de integração das ações com foco na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (BHSF). A Ação dispõe de saldo atual de R\$ 206.520,79.

É importante saber se o CBHSF acionará a Ação 010 - Apoio às Atividades de Integração dos Comitês Afluentes de forma independente ou se vai contextualizar grande parte das ações previstas para 2015, aproveitando as ações da Empresa Nemus (contratada para a revisão do Plano de Bacia), envolvendo consultas públicas, audiências e reuniões setoriais, encaixando os atores principais relacionados com os Comitês Afluentes. Este aproveitamento economizará recursos e folgará esta ação que será desenvolvida a posteriori. O Saldo em fevereiro de 2015 é de R\$ 206.520,79, com previsão de gastos em 2015 de R\$ 100.000,00. Em decorrência de qualquer tomada de decisão resultará nos respectivos impactos (positivos ou negativos) no saldo desta rubrica, observando-se que os membros dos comitês afluentes estarão voltados para as consultas públicas e oficinas setoriais para a revisão do Plano Diretor da BHSF.

No que se refere às Ações de Apoio às quatro CCR's, a do Submédio é a que possui menor dotação (R\$ 12.496,58), merecendo adequações pertinentes e do âmbito decisório da DIREC, caso prescindida de outras ações complementares e suplementares para 2015, além dos R\$ 90.000,00 previstos. As demais apresentam saldo considerável para enfrentar ações requeridas.

A Ação 011. Contratação de Planejamento Estratégico do CBHSF tem saldo de R\$ 50.000,00, previsão de gastos para 2015 de R\$ 50.000,00, tendo saldo em fevereiro de 2015 de R\$ 100.000,00, requerendo ser demandada. Esta rubrica tem grande relevância, pois ajuda muito o CBHSF a fazer um Planejamento Estratégico para suas atividades definindo diretrizes e caminhos para reforçar a gestão da BHSF. Por isso o GACG propõe que seja utilizada para traçar e corrigir rumos diante das alternâncias de processos a serem enfrentados.

Ação 012. Plano Continuado de Comunicação. Trata-se do contrato desde 2011 com a empresa CDLJ Comunicação (agora denominada YAYÁ), para prestação de serviços de planejamento, elaboração e execução de programa de comunicação, assessoria de imprensa, criação e produção editorial de publicações do CBHSF.

Recomenda-se que a disponibilização de informações seja ampliada para as grandes mídias de circulação regional e nacional para dar maior alcance de divulgação das ações do CBHSF. Este investimento tem sido de grande relevância e os demais comitês federais já compreenderam a necessidade de aplicarem estas ações que vão além da visibilidade que se requer ao CBHSF como de ampla divulgação de seus processos e arregimentação de parcerias estratégicas. É uma rubrica que exige grande aporte de recursos financeiros, sobretudo agora que estão na pauta da agenda do CBHSF processos relacionados com o Plano de Bacia, a renovação de membros (eleição em 2016) com composição, recomposição e renovação de quadros, imprescindíveis para fazer frente ainda, ao crescimento dos processos relacionados e protagonizados, sobretudo, pela intensa Agenda Institucional do Colegiado. Esta ação exigirá muitos recursos a partir mesmo do Plano Diretor da Bacia donde advirá o encaminhamento de ações relacionadas para amplo conhecimento em diversas mídias de comunicação.

Ação 013. Plano Continuado de Mobilização e Ação 014 - Plano Continuado de Educação Ambiental. É recomendável agregar as duas rubricas à anterior (012) conformando-as em uma única rubrica, para facilitar, inclusive, a utilização dos recursos de forma compartilhada flexível, complementar e suplementarmente em suas interconexões recíprocas. É patente que estas ações não avançaram como se pretende nestes três vieses, mesmo sabendo que representam uma linha-mestra definida soberanamente pelo Colegiado do São Francisco, devendo consolidar-se em estratégia permanente e continuada nestes três vieses, embora estejam sendo subutilizados até então. Por isso se recomenda que a CTPPP se debruce sobre estas ações e promova os seus acionamentos estratégicos, sabendo-se que são relevantíssimas para os finalismos do CBHSF, criado como pretensão Comitê de Integração, que requer a imperiosa necessidade de servir

para “pilotar” a sensibilização, mobilização, qualificação e aprimoramento de seus quadros, a partir mesmo da renovação, que se dará neste ano, para o próximo processo eleitoral (2016). Concomitantemente, tais ações devem fazer frente ao protagonismo notável e extraordinário que avança a passos largos, de forma séria e responsável, em busca de uma integração da governança para a gestão profícua da BHSF. Neste sentido se recomenda um aporte vultoso de recursos para fazer frente aos grandes desafios relacionados, entendendo-se que os investimentos definidos pela Lei 9.433/97 no seu art. 22, parágrafo 1º, são também em prol da comunidade da bacia. Especificamente em relação à Ação 013 - Plano Continuado de Mobilização - vale observar a inserção da Campanha Permanente (Eu Viro Carranca para Defender o Velho Chico) que precisa ser acionada anualmente, requerendo a viabilização de processos por meio de uma empresa especializada, para dar o devido suporte às quatro Regiões Fisiográficas da BHSF, eis a recomendação do GACG. O CBHSF deve atuar em conjunção com a Entidade Delegatária para disponibilizar informações organizadas colaborando no suporte às decisões do Colegiado. Para isso deve promover no âmbito das ações correlacionadas no PAP a promoção de Educação Ambiental, para municiar os membros do CBHSF de informações (conhecimentos) fomentando agentes multiplicadores treinados e prontos para atuarem permanente e continuamente nas comunidades da BHSF.

Ação 015. Capacitação para os Membros do CBHSF (no âmbito das CCR's). O saldo em 2014 foi negativo, devido aos remanejamentos que já foram efetivados por autorização da DIREC. Recomenda-se que se aproveite o portfólio de cursos da ANA para, em parceria estratégica, promover cursos específicos para alavancar esta rubrica, a exemplo do Curso para Elaboração de Projetos, além dos outros. Buscar capacitação nos moldes do que é feito exitosamente e que serve como experiência multiplicadora, os cursos promovidos pela Itaipu Binacional, considerados de referência. Também devem ser agregados, os cursos necessários sobre temas relevantes, a exemplo do Manual de Procedimentos da Agência Delegatária (ora em curso no âmbito deste GACG), entre outros, que redundem em ganhos de escala consideráveis para o apoio institucional do CBHSF. É imprescindível que o CBHSF abra as demandas desta rubrica.

Em relação à Ação 016 - Cursos Diversos, do Subcomponente Capacitação para a Bacia/CBH's Afluentes - o saldo em 2014 foi negativo em R\$ 180.000,00. A previsão de gastos para 2015 é de R\$ 400.000,00. O saldo até fevereiro de 2015 é de R\$ 220.000,00. É preciso dimensionar bem as ações previstas. Do ponto de vista pragmático as ações relativas às consultas públicas e audiências do Plano de Bacia que serão encetadas pela Empresa Nemus podem ser bem aproveitadas para os membros dos CBH's Afluentes dentro da participação, tanto para integrar as 20 vagas permanentes (Oficinas Setoriais), como para as participações abertas das audiências (com limite de 100 pessoas). Neste caso é preciso um arranjo adequado no âmbito das escolhas a serem definidas pelas CCR's, para as devidas tratativas que possibilitem a participação efetiva dos membros dos CBH's Afluentes. Para isso é preciso se levar em conta as questões de deslocamento, hospedagem e alimentação, além da necessária disponibilidade dos membros.

Recomenda-se à DIREC que se debruce sobre a questão para viabilizar estes processos apropriados e que dizem respeito diretamente às questões pontuais dos comitês afluentes que terão grande contribuição para a confecção do Novo Plano de Bacia.

Subcomponente 1.2. Instrumentos de Gestão. Este Subcomponente principal acumula um saldo considerável de R\$ 5.757.800,84 em 2015. Este valor deve ser mais explorado pelas demandas relacionadas. Estudos e Pesquisas apresenta saldo de R\$ 600.000,00 com previsão de gastos de R\$ 100.000,00.

Ação 017. Estudo sobre o Enquadramento dos Corpos de Água. Com saldo em fevereiro de 2015 de R\$ 150.000,00, sem previsão de gastos para 2015. Embora não esteja contextualizado na revisão do Plano de Bacia, o enquadramento deverá ser acionado oportunamente, sobretudo em trechos importantes da BHSF, a exemplo das nascentes e de rios que possuem classe especial, cuja proteção deve ser assegurada por este mecanismo.

Ação 018. Estudo sobre a Metodologia de Cobrança pelo Uso de Água. Saldo até então de R\$ 150.000,00, previsão de gastos para 2015 de R\$ 100.000,00, com saldo até agora de R\$ 200.000,00. Sabidamente a outorga e a cobrança (que devem estar devidamente integrados e apoiados pela fiscalização e monitoramento eficazes e eficientes) além de estarem unidas aos demais instrumentos. Cabe ao CBHSF, consoante suas prerrogativas deliberativas, estabelecer as prioridades de uso dos recursos hídricos da bacia na revisão do Plano de Bacia, observando que as outorgas relativas ao lançamento de efluentes devem obedecer aos parâmetros definidos pelo Enquadramento. Entra ainda a alocação de água. Estas implicações de instrumentos precisam ser bem analisadas no contexto da BHSF para formatar um controle (via Plano de Bacia) capaz de ordenar e disciplinar institucionalmente, as liberações permissivas que estão adstritas ao poder discricionário das instâncias governamentais. No que se refere à questão da Cobrança, antes de se pensar em nova metodologia de cobrança, é preciso que se faça uma correção da defasagem inflacionária que resulta em grande corrosão de receitas; ajustes para corrigir, impostergavelmente, as absurdas disparidades, inaceitáveis no modal de valores cobrança estabelecidos até então, entre pequenos e grandes usuários. Categorizando faticamente pode-se constatar na relação dos usuários pagantes da BHSF que apresentam discrepâncias, quando se coteja as vazões de consumo, e o valor pago entre pequenos e grandes usuários, servindo para lidimar o pleito. Isto não invalida a ação requerida para se buscar nova Metodologia para a Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos, deveras propositada, sobretudo por observar que os valores postos advieram por adesividade de uma metodologia aplicada no CEIVAP, em 2003. Portanto, assim entendida estrategicamente (embora muito complexa e polêmica), serve como válvula de controle via cobrança incitativa, validando a precificação justa delineada pelo art. 1º da Lei 9.433/97 (PNRH), com fundamento exarado no inciso II (que diz que a água é um recursos natural limitado, dotado de valor econômico). *A fortiori* (por causa de uma razão mais forte) ao se considerar que a BHSF possui 54% do seu território, encravado em

Região Semiárida), altamente vulnerabilizada sócio-hidroambientalmente, apresentando grave escassez, com risco de indisponibilidade de recursos hídricos para demandas futuras, devendo a cobrança ser alinhada, visando alcance efetivo da racionalização do uso dos recursos hídricos. O GACG recomenda que se contrate uma consultoria especializada para aprimorar a metodologia da cobrança, sobretudo em uma Bacia Hidrográfica que se caracteriza por ter 54% de seu território em porção semiárida, vivendo grave crise de escassez, alta vulnerabilidade climática, razões bastantes para reforçarem o aspecto da cobrança incitativa (com foco na racionalização), além da validação posta no art. 1º Lei 9.433/97 calcada no fundamento contido no inciso II, de que a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico. Agrega-se ainda o fato de que existem disparidades na cobrança entre pequenos e grandes usuários que precisam ser corrigidas e a necessária correção de defasagem havida e por haver que perdem o caráter de cobrança incitativa, como definido legalmente pela Lei das Águas.

A Ação 019. Pesquisa Científica e Tecnológica e a 019A Biomonitoramento das Águas da BHSF apresentam cada uma, saldo de R\$ 100.000,00 até o momento, sem previsão de gastos. É preciso encontrar dentro das necessidades de informações especializadas, consultorias *ad hoc* (temporárias, com tempo determinado, por tarefas), valendo-se de tais rubricas, para enfrentar os enormes desafios de processos variegados que se configuram em grandes problemáticas para a gestão da BHSF, mormente, no que tange às vazões restritivas impostas pelo setor hidrelétrico. É recomendável que o CBHSF encontre uma vertente para agasalhar os recursos relacionados com ambas as ações, para o enfrentamento das instâncias que se insurgem vorazmente para explorar e vilipendiar a BHSF. Reputamos que esta ação receba a devida atenção, auscultando-se, preferencialmente, os setores acadêmicos importantes existentes nos quadros do próprio Colegiado, que darão valioso suporte à tomada de decisão neste sentido. O GACG recomenda que a CTPPP promova os devidos acionamentos destas duas ações conglobantes.

Ação 019 B referente a Centros de Recuperação de Áreas degradadas (CRAD's) apresenta recursos não desembolsados. As ações dos CRAD's não possuem alcance possível, razão pela qual devem ser remanejadas. No entanto, não se pode menoscabar a necessidade de ações que estão no âmbito do Ministério do Meio Ambiente (MMA) para áreas semiáridas, pois fazem parte inclusive de Acordos e Tratados Internacionais assumidos pelo Estado Brasileiro. O território da BHSF possui área semiáridas (ASD's, a exemplo de Cabrobó, entre outras) e áridas (Deserto de Surubabel) que podem ser aproveitados com alavancagem de recursos previstos pelas instâncias governamentais para tais ações de grande relevância. Neste sentido vale a recomendação para que a DIREX encete as devidas tratativas com os órgãos de atuação para promover tais ações. O combate à desertificação no âmbito do MMA está alojado na Secretaria de Desenvolvimento Rural Sustentável, que tem uma Coordenação de Combate à Desertificação e funciona como Secretaria Executiva da Comissão Nacional de Combate à Desertificação e exige aporte de vultosos recursos.

Ação 020. Atualização do Plano de Bacia. Ação em curso e a cargo da Empresa NEMUS. A rubrica possui um saldo até agora de R\$ 3.789.808,67 com previsão de igual valor para 2015, sabendo-se que a contratação desembolsará R\$ 6.900.000,00. Trata-se da ação mais estratégica e de maior complexidade, constituindo-se no instrumento-chave da gestão da BHSF. É uma ação que demanda considerável tempo, exige grande suporte em todos os âmbitos, mormente no que tange à sensibilização, articulação e mobilização de toda a bacia, além de articulações intra e interinstitucionais. Suas ações, de amplo espectro, devem conjugar, além da parte técnica e científica, a “voz dos ribeirinhos e povos” com seus saberes e fazeres relevantes, de grande valor contributivo. Nesta renovação, no que tange aos aspectos técnicos, espera-se a formatação e a consolidação de aportes contributivos qualificados, sobretudo advindos das academias e instituições científicas localizadas no território da bacia, para suprir as deficiências e lacunas havidas no plano anterior. Uma questão básica diz respeito à da necessidade de se aprimorar os dados secundários para formatar um bom Plano Diretor já que, consabidamente, muitos dados secundários não foram atualizados pelas instituições governamentais, a maioria defasados, resultando em falta de confiabilidade e de fidedignidade de dados, capaz de espelhar a realidade da bacia, em vários âmbitos, como se requer para um novo Plano Diretor de Bacia. Neste sentido se recomenda grande atenção neste sentido para que o CBHSF possa enfrentar com propriedade os grandes e graves problemas que enfrenta a sua bacia, altamente vulnerabilizada sócio-hidroambientalmente, com a conseqüente proliferação de conflitos de vária ordem, além do hercúleo desafio para se fazer a sua gestão eficiente.

Subcomponente 1.2.3. Acompanhamento das Ações/Investimentos da BHSF. Possui saldo até então de R\$ 1.367.992,17 e previsão de gastos em 2015 de R\$ 500.000,00, com duas rubricas.

A Ação 021. Implementação de Sistema de Informações. Esta ação não tem previsão orçamentária para 2015 e possui saldo de R\$ 500.000,00 que deve ser remanejado. Esta questão do Sistema de Informações (deveria constar das atribuições pertinentes à ANA e às instâncias estaduais de recursos hídricos, posto que ambas possuem total autonomia e controle das informações pertinentes aos recursos hídricos em suas domínialidades). Por tal razão devem ser fidedignas e consistentes e serem disponibilizadas para o CBHSF. Neste sentido é preciso que tais instituições governamentais atualizem, corrijam e mantenham seus cadastros atualizados e consolidados com fidedignidade de informações, devendo disponibilizá-los para o CBHSF via Entidade Delegatária. O Sistema de Informações é a espinha dorsal da gestão da bacia hidrográfica e requer grande articulação interinstitucional para sua confecção, de alta complexidade de processos. No contexto mesmo da confecção do Novo Plano fica configurada a elaboração de um Sistema de Informações Georreferenciadas a ser feito pela Empresa NEMUS (Sistema SIG). Recomenda-se à ANA que promova a confecção e disponibilização de um Atlas Digital da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco

(de seu dever-obrigação e responsabilidade institucional) já que fora sinalizado pela autarquia, quando da confecção do Plano de Bacia em 2004.

Ação 022. Fiscalização Preventiva Integrada. (FPI). É uma ação que merece grande atenção pela grande relevância que possui, destaque especial não só pela inovação no conceito de gestão (conjugando os vieses: precaucional, orientativo-educativo e coercitivo), além do custo-benefício. Esta ação antecipa a degradação evitando gastos de aplicação em projetos corretivos. Tudo isto já demonstrou sobejamente a excelência e grande êxito desta ação, considerando ainda que os estados e municípios relacionados, dentro de suas prerrogativas e competências de ações de controle e fiscalização, não possuem nem “fôlego e nem musculatura”, não possui nenhuma sinergia e desprovidos de vontade política-institucional, não podem enfrentar os desafios de tal envergadura, para alcance eficaz, eficiente e efetivo como se demonstra ao longo do tempo-espaço da BHSF. Ademais, sem as ações da FPI, a BHSF será alvo ainda mais fácil para acentuações degradatórias, inviabilizando e até tornando “nulas” as ações advindas por projetos de proteção, recuperação e conservação da BHSF. Diante do forte arrazoado apresentado, recomenda-se o necessário apoio e ampliação das ações da FPI que apresentou um saldo até agora de R\$ 867.992,17, com previsão de gastos de R\$ 500.000,00, para o atual exercício. Diante disso se requer profunda análise dos investimentos nesta rubrica para os devidos ajustes. Por outro lado é recomendável que se definam marcos e acordos formais de cooperação com o MPF e MPE's (que capitaneiam as ações integradas com as instâncias relacionadas com a fiscalização dos Estados e da União), criando uma interação formal bem definida de papéis, já que o CBHSF tem sido o protagonista dos recursos vultosos para esta ação estratégica e precisa fazer sua prestação de contas de forma transparente (accountability).

COMPONENTE II – Ações de Planejamento II e IV respectivamente – Uso Sustentável dos Recursos Hídricos, Proteção e Recuperação Hidroambiental e Componente IV- Qualidade e Saneamento Ambiental na Bacia.

Subcomponente II.1. Água para Todos. A rubrica Projetos de Sistemas de Abastecimento de Água possui saldo atual de R\$ 3.260.000,00 com previsão de gastos para 2015 de R\$ 1.730.000,00.

A Ação 023. Elaboração de Projetos Básicos e Executivos possui saldo até agora de R\$ 1.760.000,00 com previsão de gastos para 2015 de R\$ 880.000,00. A Ação 024. Elaboração de estudos e Projetos de Ampliação e Melhoria de SAA. (Sistema Alternativo de Abastecimento). Possui saldo atual de R\$ 1.000.000,00 com previsão de gastos para 2015 de R\$ 600.000,00. A Ação 025. Elaboração de Projetos de Sistemas Alternativos de Abastecimento de Água em Áreas Rurais possui saldo até então de R\$ 500.000,00 e previsão de gastos para 2015 de R\$ 250.000,00. A Ação 024 somada às Ações 025, 026, 027, 028, 029, 030 e 031 estão imbricadas entre si e devem ser conglobadas na Elaboração dos Planos

Municipais de Saneamento Básico, outra linha-mestra de ações definidas pelo CBHSF.

Subcomponente II.2. Saneamento Ambiental. Possui saldo atual de R\$ 7.360.000,00 com previsão de gastos para 2015 de R\$ 3.680.000,00. A Rubrica II.2.1 Esgoto possui saldo atual de R\$ 4.960.000,00 com previsão de gastos para 2015 de R\$ 2.480.000,00.

O GACG recomenda que as Ações 027, 028, 029, 030 e 031 relacionadas com a vertente importante do Saneamento Básico sejam agrupadas para possibilitar maior flexibilidade e conjunção de ações correlatas, no contexto mesmo dos Planos Municipais de Saneamento Básico (ações prioritárias tal como a Ação de Projetos Hidroambientais). Neste caso foram escolhidos 27 municípios, consoante critérios prioritários consignados no Atlas de Abastecimento Urbano e Água da ANA, levando em conta ainda a vulnerabilidade social (IDH menor que 0,65), que apresentem problemas de inundações e ou alagamentos nos últimos cinco anos. A deficiência está no menoscabo das comunidades rurais que não são contempladas, sendo as mais necessitadas.

Recomenda-se que as ações contemplem ainda as cidades da calha do rio São Francisco, a exemplo da cidade de Paulo Afonso/BA e outras que produzem alto impacto de despejos de esgotos sem tratamento algum diretamente no rio, suprimindo esta ação que impacta diretamente a qualidade e salubridade das águas com reverberações nas condições de saúde das populações. Isto exige uma ação estratégica no âmbito das quatro regiões fisiográficas para as cidades nestas condições para complementar o que fora feito parcialmente na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) em relação a tratamento de esgotos. O apoio do CBHSF na elaboração dos PMSB's de alguns municípios, a título de incentivo deve estimular municípios e estados, em busca conjunta dos recursos federais existentes e disponíveis para fazer frente a este que é o maior problema de impacto qualitativo nas águas da BHSF. É preciso que os PMSB's demonstrativos do CBHSF abranjam todas as vertentes do Saneamento para maior alcance, eficácia, eficiência e efetividade. Para isso se recomenda maior ampliação destas ações para abrirem as portas das oportunidades para Municípios e Estados de alavancarem seus processos em prol da BHSF.

O Subcomponente II.3. Proteção e Conservação possui saldo atual de R\$ 1.735.830,18, com previsão de gastos para 2015 de R\$ 1.000.000,00.

O Subcomponente II.3.1. Estudos e Projetos Hidroambientais. A Ação 032. Elaboração de Estudos, Formatação de Projetos e Termos de Referências (TR's) para Projetos de Revitalização de Bacias (falta constar na Planilha) apresenta saldo até então de R\$ 1.235.830,18 tendo previsão de gastos para 2015 de R\$ 1.000.000,00. Neste contexto entra a contratação de empresas especializadas para melhorar projetos básicos (qualificando-os em executivos) emanados das CCR's, atuarem na fiscalização e execução de projetos hidroambientais, com as devidas ações de salvaguarda para municiar os membros das CCR's em relação à

Elaboração de Projetos (cursos específicos já mencionados) para alavancar esta ação prioritária do CBHSF. Este pode ser o mecanismo apropriado e disponível, além da necessidade de a Entidade Delegatária prover adequadamente de suporte técnico (via contratação de empresas especializadas no assunto) para alavancarem projetos básicos demandados pelas CCR's para aprimorá-los, além de suprir o CBHSF nestes processos. Ademais se recomenda que o CBHSF exija cada real aplicado na transposição como fora definido como "compensação" à transposição. O GACG recomenda que se amplie esta ação que é estratégica e prioritária.

Neste aspecto é importante estabelecer termos de cooperação termos de cooperação técnica e financeira, com os entes relacionados, firmando protocolo sólido de parcerias estruturadas com órgãos das três esferas (políticas públicas consentâneas), Academias (suas expertises) e parceiros relacionados, que prime pela integração sinérgica com compartilhamento de responsabilidades e ações para a efetividade, sustentabilidade eficácia, eficiência e efetividade dos processos da revitalização.

Ação 033. Elaboração do Diagnóstico e Projeto Básico visando o Pagamento de Serviços Ambientais (PSA's). Nestes moldes de projeto de incentivo, deve encontrar parcerias estratégicas que possam dar aplicabilidade continuada e sustentável, exigindo-se um marco legal para lhe dar consistência. Em que pese muita argumentação contrária e alguns pontos de entraves esta janela deve permitir em momento apazado a sua viabilização no contexto mesmo da "produção de água" já que este será o caminho a ser trilhado para os proprietários que possuem áreas estratégicas com nascentes, para serem incentivados a abdicarem de seus processos particulares, em prol da repartição ampliada de benefícios difusos e coletivos. Esta Ação se conjuga à Ação 049 - Pagamento por Serviços Ambientais.

Subcomponente II.4. Estudos e Projetos. Com saldo atual de R\$ 6.731.607,68 e previsão de gastos para 2015 de R\$ 2.400.000,00. II.4.1. Apoio a Projetos. Com saldo atual de R\$ 3.200.000,00 e previsão de gastos para 2015 de R\$ 1.850.000,00.

Ação 034. Apoio a Projetos e Empresas Socioambientais. Com saldo atual de R\$ 300.000,00 e previsão de gastos para 2015 de R\$ 150.000,00. Devido à relevância desta rubrica recomendamos maior aporte e busca de demandas bem qualificadas que existem para serem alavancadas, já que esta ação está parada por conta de que a ANA ainda não regulamentou o Concurso de Projetos com aporte direto de recursos.

Ação 035. Apoio a Comunidades Tradicionais. Esta rubrica prima pelo contexto social, que extrapola o mero âmbito hidroambiental, também importante. Cabe ressaltar que esta é uma das poucas rubricas que atende aos aspectos sociais pontuais, relacionados diretamente com os povos tradicionais da bacia,

contextualizados em todas as suas vertentes diversificadas (indígenas, quilombolas, ribeirinhos etc.). Esta ação tem grande relevância assinalada pelo art. 22, parágrafo 2º da Lei 9.433/97, quando menciona categoricamente que valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos serão aplicados a fundo perdido (dissentimos do legislador e preferimos a expressão corretíssima: aplicação reembolsável), prioritariamente, na bacia hidrográfica em que foram gerados e serão utilizados, indo além das conceituações restritas de obras físicas e estruturais, indo além, com projetos e obras que alterem, de modo considerado benéfico à coletividade da bacia. Trata-se de uma questão de Justiça Social respaldada no real espírito contido na Lei das Águas, que não pode ser menoscabado.

Inquestionavelmente, no decurso histórico da povoação da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco até o presente, acumulou-se um grande e incalculável passivo social em relação a tais comunidades, intensamente vilipendiadas no tempo-espaço, requerendo que seja minimamente reparado e resgatado pelo Estado Brasileiro. Notoriamente os recursos são insuficientes para abranger a totalidade de povos tradicionais da BHSF. Diante disto, cabe ao CBHSF o papel de agenciar como estimulador e promotor demonstrativo desse processo, cobrar às instâncias governamentais relacionadas (nas três esferas executivas) para agregarem nessas ações recursos orçamentários, no contexto de suas políticas públicas consentâneas, para minimizar os impactos havidos e por haverem a tais comunidades autóctones. Recomenda-se neste diapasão, a necessidade de se alavancar outras fontes, inclusive em parcerias estratégicas com organismos relacionados (a exemplo da FUNAI, Fundação Palmares, Estados e Municípios), para estabelecer termos de cooperação financeira e técnica por meio de protocolo sólido de parcerias que prime pela integração sinérgica e compartilhamento de responsabilidades e ações destas instâncias para a sustentabilidade eficaz, eficiência e efetividade desses processos comuns. A recomendação do GACG é no sentido de que se tenham normas claras e objetivas de ordenamento e regramento para a utilização desses recursos no âmbito das comunidades tradicionais elencando prioridades, com sói acontecer com quilombolas e outros que nunca tiveram o devido resgate social devido.

Ação 036. Apoio ao Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas (PRODES) que se constitui, basicamente, na compra de esgoto tratado. Sem previsão de investimentos. Existe uma polêmica em torno da eficiência desta ação já que tem promoção no âmbito da própria ANA. Por outro lado é fato concreto que a compra de esgotos tratados é uma ação exitosa já no nascedouro, com antecipação de efetividade. Esta rubrica é, portanto, conceitualmente relevante em se considerando que o maior problema da BHSF em relação à qualidade de suas águas se relaciona com a poluição das cidades ribeirinhas, especialmente, por falta de tratamento de esgotos domésticos e outros, juntando-se aos problemas relacionados com a quantidade de água. O montante disponibilizado para essa ação é deveras insuficiente para tais ações que exigem robustos aportes de recursos. Na prática geral, o que se observa é certa má vontade de algumas empresas de saneamento para aderirem ao PRODES, mal acostumadas, sempre

à espreita para se aboletarem e explorarem os vultosos investimentos gratuitos e se apropriarem das obras prontas, vendendo os serviços a custo zero de investimentos e auferindo receitas fáceis e vultosas, à custa do desembolso das populações dos municípios. Por esta e outras razões já consabidas, a excelente propositura do PRODES não encontra eco e nem aderência de “compradores de esgotos tratados”. Por isso se recomenda sua retirada do PAP. Por outro lado, cabe mencionar exemplificativamente, o caso pontual, exitoso e notável da Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA), com atuação destacada em Petrolina (cidade na calha principal do rio São Francisco). Investiu R\$ 65 milhões que se somaram a R\$ 123 milhões do Governo de Pernambuco para as seguintes ações estratégicas de:

Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Água de Petrolina nas seguintes ações:

Substituição de 22 Km de tubulações existentes;

Implantação de 34 Km de tubulações com diâmetros variando entre 150mm e 1.000mm;

Reforma e ampliação das Estações de Bombeamento de Esgotos da COHAB VI, Manoel dos Arrozés, Rio Corrente, São Gonçalo, Centro e Pedra do Bode;

Construção de 04 novas Estações de Bombeamento de Esgotos: Massangano, Porto Fluvial, COHAB VI e Loteamento Codevasf

Desativação das Lagoas de Estabilização do: Rio Corrente, Massangano, Manoel dos Arrozés e do Porto Fluvial de Petrolina.

O projeto atenderá a demanda da população dos próximos 20 (vinte) anos, com prazo de conclusão até maio de 2014.

Atualmente, aproximadamente 220.000 (duzentas e vinte mil pessoas) pessoas são beneficiadas com o tratamento do Sistema de Esgotamento Sanitário, aproximadamente 70% (setenta por cento) da população do município, aproximadamente 260.000 (duzentos e sessenta mil) pessoas. Após a ampliação do Sistema, mais pessoas serão atendidas com o tratamento do esgoto, chegando a 80% da população municipal.

A Prefeitura de Petrolina é responsável hoje por quatro bacias de esgotamento sanitário: Dom Avelar, Antônio Cassimiro, Jatobá e São Gonçalo. Cada bacia contempla os seguintes bairros:

- Dom Avelar: bairros Dom Avelar, São Joaquim, São Jorge, Santa Luzia, Mandacaru, Tereza Cristina, Vila Débora e Padre Cícero (8 bairros).*
- Antônio Cassimiro: bairro Antônio Cassimiro (1 bairro)*

- *Jatobá: bairros Jatobá, Henrique Leite, Fernando Idalino, Park Jatobá, Giovana, Rio Jordão e Novo Horizonte (7 bairros)*
- *São Gonçalo: bairro São Gonçalo (1 bairro)*

O número aproximado de ligações ativas e seu percentual em relação ao total de ligações de Petrolina são respectivamente:

- *Dom Avelar: 7.238 ligações (11% do total)*
- *Antônio Cassimiro: 3.009 lig. (4%)*
- *Jatobá: 4.530 lig. (7%)*
- *São Gonçalo: 3.568 lig. (5%)*

Total de Ligações Petrolina: 68.045 (ligações ativas, mês de maio/2014)” (Fonte: COMPESA, 2014).

Além disso, a COMPESA consignou com responsabilidade social em sua compensação ambiental, a inclusão do saneamento de vários perímetros irrigados. Sabidamente, Petrolina esta na calha principal do rio São Francisco. Sabidamente, Petrolina é uma das cidades que mais cresce no Brasil, população estimada em 2014 pelo IBGE, de 326.017 habitantes, sem contar o imenso contingente populacional flutuante.

Diferentemente é o caso da municipalidade juazeirense, cidade vizinha, que possui grande déficit em relação a tratamento de esgotos precisando alinhar-se no mesmo contexto, devendo ser provocada para isso. Por outro lado, sabe-se que os recursos disponibilizados pelo CBHSF são insuficientes para fazer frente a uma estrutura de implantação de uma ETE, devendo buscar parcerias estratégicas como a exemplificada acima, para alavancar este processo.

Subcomponente II.4.2. Estudos de Caráter Excepcional, distribuídos nas Ações 037, 038 e 039 respectivamente. A Ação 037. Estudos Relacionados a Desastres e Eventos Críticos (secas e enchentes), com saldo atual de R\$ 650.000,00 e previsão de gastos para 2015 de R\$ 200.000,00 precisa ser acionada para enfrentar a grande seca e estiagem prolongada que assola todo o território da BHSF, já altamente vulnerabilizada sócio-hidroambientalmente, com algumas raras exceções. O CBHSF deve buscar aportes financeiros complementares e suplementares advindos dos órgãos públicos relacionados para alavancar estes processos.

A Ação 038. Estudos Relacionados aos Impactos Causados pelo Uso e Ocupação dos Solos, Fontes Poluidoras, com saldo atual de R\$ 300.000,00 e previsão de gastos de R\$ 100.00,00 em 2015. Existe uma demanda acionada pela CCR do Médio São Francisco relacionada pontualmente com a poluição da Lagoa das Piranhas, que tem ocasionado periodicamente, grande mortandade de peixes. Aliado a isso, como agravante, a população afetada é a Comunidade Quilombola da região. Neste sentido é importante inserir as ações da FPI, no contexto

fiscalizatório e de controle, para dar suporte e maior efetividade das ações de responsabilização, coerção, prevenção além da pronta intervenção técnica.

Ação 039. Estudos Relacionados à Biodiversidade, Unidades de Conservação (UC's) e Lagoas Marginais, com saldo atual de R\$ 350.000,00 e previsão de gastos para 2015 de R\$ 100.000,00. Conjuntamente, tais ações prescindem da elaboração de Termos de Referência para contratação de estudos especializados para suprir demandas ocasionais e pontuais relacionadas. Esta rubrica contextualiza aspectos ecossistêmicos e com toda a biota, sendo de grande relevância para a BHSF já que praticamente inexitem ações governamentais neste sentido. Todavia merece a recomendação pontual e propositada feita pelo GACG de que o CBHSF deve excluir o componente Unidades de Conservação porque não tem sentido absorver esta ação que é de âmbito dos municípios e Estados, ambos possuidores de recursos auferidos com licenciamentos ambientais e multas e que devem ser aí aportados. Nas demais ações (Biodiversidade e Lagoa Marginais), é preciso aumentar os valores para efetividade demonstrativa e de amostragem. Sabidamente a biodiversidade da BHSF está deveras comprometida e precisa ser encetada já que as instâncias governamentais, praticamente, nada fizeram em relação a isso.

Subcomponente II.4.3. Projetos Especiais. A Ação 040. Consultorias Específicas Demandadas pela DIREC possui um saldo atual de R\$ 231.607,68 e previsão de gastos de R\$ 150.000,00. Do ponto de vista pragmático é de bom alvitre que tal ação seja acionada no contexto das demandas que a DIREC tem, em relação aos diversos problemas relacionados, valendo-se de grandes projetos (pontuais) para uma ação de gestão mais incisiva.

Subcomponente III.3. Proteção e Conservação. III. 3.1. Subcomponente - Implantação de Projetos Hidroambientais. Observam-se grandes dificuldades relacionadas com os procedimentos adotados para aprovação dos projetos hidroambientais demandados pelas CCR's por vários motivos, incluindo a falta de capacidade de boa parte dos membros para sua elaboração. Ademais existem atrasos indesejáveis e alguns imbróglis na concepção dos projetos básicos, resultando em atrasos para os Atos Convocatórios para contratação, que precisam ser mais céleres. Neste aspecto, é recomendável que a Entidade Delegatária promova ações no sentido de orientar aos membros das CCR's quanto aos aspectos relacionados com a elaboração e qualificação dos projetos, com projetos mais robustos e consistentes, nas bases da sustentabilidade requerida em todas as dimensões. Também, consoante delineamentos exarados na DN CBHSF 72/2012, quanto às demandas induzidas (§1º expressas em edital específico previamente elaborado, tendo como base as exigências do Contrato de Gestão e as ações, identificadas no PAP 2013 - 2015), demandas espontâneas (§2º, identificadas pelas CCR's, por meio de mecanismos de consulta específicos aprovados em ata e encaminhadas à DIREC, devidamente protocoladas).

As Ações 043, 044 e 045 foram remanejadas pela DIREC para as Ações dos Projetos Hidroambientais. É recomendável que esses subcomponentes se

conglobem dentro dos Planos de Saneamento em continuidade para que se consubstanciem estas duas vertentes estratégicas da gestão da BHSF (Projetos Hidroambientais e PMSB's). Vale a recomendação de aproveitar as demandas municipais relacionadas com as ações de destinação correta de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU's) no mesmo contexto que fora apresentado os Planos de Saneamento Municipais (PMSB's) para fomentar os consórcios intermunicipais nesta vertente.

A Ação 046 está subdividida nas rubricas III.3.1.1 a III.3.1.4, direcionada às quatro Regiões Fisiográficas da BHSF, respectivamente, no Alto, Médio, Submédio e Baixo São Francisco. Possui saldo atual de R\$ 14.183.022,91 e previsão para gastos em 2015 é de R\$ 7.000.000,00. É a ação "carro-chefe" das atividades executadas no âmbito das CCR's, em seus protagonismos relacionados com os Comitês Afluentes. Reputamos ser de bom alvitre fazer um balanço dos projetos iniciais no tocante à aferição de efetividade para alinhar as ações de continuidade que possam acoplar várias vertentes correlatas complementares e suplementares, observando-se os delineamentos postos no art. 7º da DN CBHSF 72/2012. A qualificação e aprimoramento dos projetos deve ser uma meta contínua e permanente a ser estabelecida pela DIREC para estes projetos.

É importante que se leve em conta que os projetos encetados pelo CBHSF por meio do PAP são demonstrativos, ainda que imprescindíveis, confeccionados de forma séria e responsável, não dando margem aos frágeis processos no âmbito governamental, além de terem grande relevância indutora de resultados pontuais. Não podem ser cotejados com os processos degradatórios que se avolumam no tempo-espço. Isto porque, insofismavelmente, a degradação ocorre em amplo espectro, em vários vieses, em proporção geométrica crescente, com defasagem permanente, incalculável, acumulativa e inalcançável, pelos diversos motivos já consabidos.

Subcomponente III.3.2. Produtor de Água (Implantação). As Ações relacionadas com Produtor de Água, 047 e 048, respectivamente, Intervenções nas Áreas conforme Diagnóstico e Recomposição de APP's e Reserva Legal devem ser acopladas no contexto dos Projetos de Recuperação Hidroambiental a partir das intervenções feitas e que apresentam sinalização de continuidade e prosseguimento de ações.

A Ação 047 possui saldo atual de R\$ 1.200.000,00 e previsão de gastos para 2015 de R\$ 600.000,00. A Ação 048 possui também saldo atual de R\$ 1.200.000,00 e previsão de gastos para 2015 de R\$ 600.000,00. Concomitantemente, a rubrica 049, também se engloba nesta vertente, considerando-se as observações feitas para a Ação 033. Existe um novo portfólio com 24 novos projetos definidos pela DN CBHSF 28/2013, com suporte técnico para acompanhamento e fiscalização a cargo da Gama Engenharia. Os valores perfazem R\$ 1.464.711,50 no período compreendido entre 03/07/2012 a 03/05/2014. O montante de R\$ 747.192,27 é muito baixo, mesmo em se considerando que foi primeira família de projetos com ações bastante acanhadas.

Depreende-se com maior e justa razão um aporte mais substancial e uma demanda mais qualificada, entre as demandas elegíveis previstas que não sejam apresentadas em forma de projetos, exigindo adequações pela AGB Peixe Vivo para que adquiram o formato apropriado e assim submeterem-se à avaliação de priorização. Cabe destacar os projetos de recuperação de solos salinizados (No Submédio SF - Pajeú e Ibimirim). Em relação aos projetos foi observado que o projeto do Pajeú contemplou maior número de componentes (10) enquanto o de menor número de componentes foi o Córrego da Onça (06). Concomitantemente, é preciso dar continuidade aos projetos bem-sucedidos, inserindo outros componentes complementares e suplementares mais relevantes além da vertente de uso de solos, a exemplo da recomposição florística com enriquecimento vegetal para matas ciliares e áreas de APP's, proteção de áreas de recarga, PSA, Produtor de Água, avançar para a Educação Ambiental para as Águas etc. O GACG observa a imperiosa necessidade de se buscar projetos mais qualificados, além de mais robustos, com consistência para dar maior efetividade às ações relacionadas no PAP. Objetivamente não se pode descurar da imprescindível viabilidade financeira e técnica, além da consonância com os delineamentos postos na DN CBHSF 62/2011 que dispõe sobre mecanismos transitórios para a seleção de projetos beneficiados com os recursos da cobrança devendo se submeterem aos seguintes critérios definidos no art. 4º, inciso de I a V, da referida DN:

I- se provenientes das demandas das CCR;

II- se guardam relação e coerência com o Plano Decenal de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco 2004 -2013;

III- qualificação quanto à urgência e ao alcance dos resultados pretendidos;

IV- qualificação quanto ao efeito multiplicador;

V- se confere resultados que possam ser mensuráveis no que se refere à melhoria da disponibilidade hídrica e a melhoria ambiental da bacia.

A Ação 048. Recomposição de APP's e reserva Legal possui um saldo atual de R\$ 1.200.000,00, com previsão de gastos para 2015 de R\$ 600.000,00. A Ação 049. Pagamento por Serviços Ambientais (PSA's) possui um saldo atual de R\$ 1.000.000,00, com previsão de gastos para 2015 de R\$ 500.000,00. Ambas as rubricas devem estar contextualizadas no bojo dos Projetos Hidroambientais, na perspectiva da continuidade, com acoplamento dessas duas vertentes complementares.

A Ação 049. Pagamento por Serviços Ambientais é muito importante para complementar e dar sustentabilidade permanente continuada aos projetos hidroambientais e fomentar os produtores de água. No que tange à aplicação prática apresenta dificultadores em relação à necessidade de articulação e um

marco legal consistente. É de bom alvitre acoplar esta vertente no âmbito dos projetos hidroambientais executados exitosamente e que foram bem avaliados e qualificados para continuidade, levando ainda em consideração as imprescindíveis parcerias integrativas com os municípios. Sabidamente, as gestões se alternam no tempo e existem problemas e dificuldades relacionadas com a gestão municipal onde predominando nas gestões municipais, meras estratégias de governo e não de Estado, com todos os inconvenientes políticos e institucionais de alta rotatividade, alternância e transitoriedade de gestores, com riscos e imponderáveis decorrentes, comprometedores. É preciso que se estabeleça um marco legal próprio e formate um fluxograma de atores relacionados em bases institucionais salvaguardar a ação de qualquer comprometimento ou risco, exigindo-se grande articulação política para superar os dificultadores existentes. Notadamente, trata-se de um processo complexo que exige uma aplicabilidade eficaz e eficiente em casos pontuais, com condições propícias de adesividade e de facilitadores que, articuladamente, darão margem a projetos-piloto de PSA's, pela via licitatória recomendável. Esta ação congloba cinco sistemas funcionais de grande relevância, alcance futuro, estratégico com ampla repartição de benefícios em prol do equilíbrio ecossistêmico e da manutenção de todas as formas de vida (biodiversidade) incluindo a vida humana:

- 1- Serviços de promoção de recuperação, conservação e suporte de purificação e sanidade do ar, da terra e da água em prol da biosfera e dos seres vivos em interconexão sinérgica virtuosa;
- 2- Serviços de provisionamento de recursos essenciais para o uso humano, produção e repartição ampla de benefícios locais e globais, com alcance intergeracional;
- 3- Serviços de regulação (incluindo o seqüestro de carbono pela contenção de gases do efeito estufa (GEE's) para fazer frente aos eventos climáticos adversos e enfrentamento do aquecimento global;
- 4- Serviços Socioculturais (com valores supernos para a cultura humana);
- 5- Valoração econômica com custo-benefício incalculável para os mercados de uso e de produção oriundos dos fluxos invisíveis que redundam em diversos serviços ambientais essenciais promovidos pela natureza, tendo apenas a ação proativa e colaborativa humana.

Nesta esteira, deve-se buscar, nos moldes das experiências exitosas e das prioridades, a exemplo da que se aplica no município de Extrema (MG), mecanismos para encetar esta ação com efetividade, atendendo os pleitos insistentes requeridos pela Comissão de Avaliação da ANA (CAV), que considera essa ação relevantíssima e isto não pode ser descurado.

Componente III.4. Serviços e Obras. Possui saldo atual de R\$ 9.900.000,00 com previsão de gastos para 2015 de R\$ 6.000.000,00. O Subcomponente III.4.1. Serviços e Obras de Caráter Excepcional possui saldo atual de R\$ 2.000.000,00 e previsão de gastos para 2015 de R\$ 1.000.000,00.

A Ação 050. Implantação das Obras de Caráter Excepcional possui saldo atual de R\$ 1.000.000,00 e previsão de gastos para 2015 de R\$ 500.000,00. Rubrica que abre uma janela estratégica para ações necessárias e urgentes. Esta rubrica está correlacionada com as Ações 037, 038 e 039 mesmo sendo separadas conceitualmente, em Estudos e Implantação de Obras de Caráter Excepcional. Tais ações devem ser acionadas já que ao saldo remanescente foram acrescidos cem por cento de investimentos em cada uma delas, previstos para 2015, a exemplo das ações previstas para criação de barcos-escolas, ações em benefício do Semiárido e outras atividades em prol das comunidades ribeirinhas.

O Subcomponente III.4.2. Serviços Especiais contem a Ação 052. Serviços e Obras Especiais Demandados pela DIREC. Possui saldo atual de R\$ 7.900.000,00 e previsão de gastos de R\$ 5.000.000,00.

No que se refere ao Indicador 2. Planejamento e Gestão, Subindicador 2ª Plano de Aplicação Plurianual 2013-2015 – PAP tem-se o mapeamento de fontes de recursos disponíveis com identificação das fontes de recursos que podem ser acessados para aplicação na BHSF, avaliando-se os investimentos em andamento, servindo para dimensionar os principais avanços e gargalos relacionados ao Plano de Bacia.

O Relatório Anual de Acompanhamento das Ações executadas com os recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco descreve as ações, correlacionando os componentes, objeto e valor, a modalidade de aplicação, execução, prazos etc. Cabe observar os itens como quantidades contratadas (metros, quantidades respectivas), o que foi executado, cumprimento de prazos, pontualidade contratual atrasos e justificativas, necessidade de ampla publicização para toda a sociedade, apresentação de cronograma físico-financeiro, constantes no indicador 4.

O GACG propõe que se estabeleça um índice de alavancagem dos recursos aplicados advindos da cobrança, com o fito de induzir o atendimento dos compromissos contidos na “Carta de Petrolina”, posto que são relevantes e representam muito para os finalismo-mor do CBHSF, a essencial e impostergável revitalização de sua bacia hidrográfica. Neste sentido é de bom alvitre que o CBHSF coteje os investimentos prometidos para a revitalização e os aportados em ações para fazer as devidas cobranças às instâncias relacionadas.

Paralelamente ao bom índice de desembolso, os projetos devem ser aprimorados para o próximo ciclo de avaliação onde se apure o grau de sua efetividade, maior ou menor, para a retroalimentação (feedback) e melhoria de projetos subsequentes. Esta via utilitarista de aplicação na continuidade de projetos não pode ser abandonada.

A Comissão de Avaliação da ANA (CAv) sugeriu e recomendou que a AGB Peixe Vivo, além de apresentar as fontes de acesso aos recursos, apresentasse aos tomadores os caminhos para acesso (mapa completo de acesso às fontes),

indicando todos os requisitos, procedimentos, documentos e mecanismos necessários para acesso de diversas fontes públicas para os tomadores, alavancando estes recursos financeiros. Por fim reputa importante considerar, que o CBHSF se valha de sua prerrogativa interveniente e propositiva, para exigir no contexto do Novo Contrato de Gestão (CG) o dimensionamento apropriado para a Entidade Delegatária, mormente, no que se refere ao suporte técnico e de recursos humanos para a operacionalidade dos projetos que tendem a crescerem em demandas e apresentam notórias constringências e fragilidades. Não tem cabida sequer a manutenção do mesmo contingente de pessoal para atender os processos do CBHSF, abraçando sua Agenda Institucional. Neste sentido o CBHSF deve divisar para a Entidade Delegatária no horizonte de tempo-espaciovimento do novo Contrato de Gestão (CG) o contingente de pessoal, de estrutura e de suporte técnico, CBHSF fazendo frente ao seu protagonismo e compatível com os cenários que se apresentam para a gestão de sua Bacia Hidrográfica. O processo evolutivo das demandas se acentuam, devendo ser bem dimensionado para se saber qual a capacidade de suporte para se exigir da Entidade Delegatária e que deve ser posto no Contrato de Gestão. Não se pode descurar que este processo se encontra imbricado e em rota de colisão com a rubrica custeio. Neste sentido, o GACG ratifica o contido no Relatório anteriormente apresentado onde configurou várias opções provisórias e definitivas para a resolução do imbróglio que tem implicações diretas na gestão da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, afetando os processos da Entidade Delegatária e do CBHSF.

Conclusão

O GACG objetiva com este Relatório, subsidiar contributivamente o Colegiado, na tomada de decisões relacionadas com a confecção do Novo PAP. Neste sentido, é importante que a DIREC, em conjunto com as CCR's estudem, analisem e trabalhem bem sobre estas e outras questões levantadas neste relatório do GACG sobre o PAP, auscultando necessariamente a CTPPP, a fim de otimizar as rubricas subutilizadas com remanejamentos adequados tanto em relação aos recursos financeiros complementares e ou suplementares. Deve ainda, promover os acionamentos das rubricas, resguardadas as prioridades definidas pelo Colegiado e respeitando o percentual máximo de remanejamento dos recursos financeiros de 20%, conforme o §3º da DN CBHSF 71/2012, com entabulação direta entre a Entidade Delegatária e o CBHSF. É imprescindível a compatibilização do custeio com o tamanho da Entidade Delegatária adequando-os aos cenários de protagonismos contidos na Agenda Institucional do CBHSF.

O GACG entende que esse processo pode contemplar algumas rubricas e dar folga a outras, inclusive aliviar até mesmo a rubrica de custeio (7,5%), que apresenta sinal vermelho, com terríveis pressões de estrangulamento recorrentes por defasagem e corrosão inflacionária, decorrente em parte de mecanismos brutais institucionais, há um nó górdio a ser desatado, para se evitar a desastrosa inviabilização do sistema, já que não foi resolvida a contento. Isto exige uma concertação efetiva por parte da Agência Nacional de Águas (ANA) que tem os mecanismos político-institucionais próprios, para resolver a questão, provisoriamente, até que se encontre solução definitiva (via legislativa).

É importante que se estime o potencial de arrecadação na BHSF, para subsidiar o planejamento estratégico e a gestão eficiente dos recursos consecução dos objetivos colimados. No contexto mesmo da avaliação de aplicação dos recursos do PAP é preciso que se avaliem os indicadores de desempenho em relação a três vieses: eficácia, eficiência e efetividade das ações. Conjugam-se ainda a alavancagem de recursos que se conjuga com ações realizadas com menos esforços ou menos investimentos, produzindo resultados significativos e duradouros; e, ainda, o conceito de escala, entendido como processo produtivo elevado e diminuição dos custos nos processos com os demais atores relacionados. Tudo isto serve para subsidiar e aperfeiçoar a confecção do Novo Plano de Aplicação Plurianual (PAP 2016 - 2018). Este é o Relatório.

Luiz Alberto Rodrigues Dourado

Coordenador do GACG

